



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2023

Após alguns anos marcados por transformações significativas, a Justiça Eleitoral precisou se adaptar ao cenário global na busca da manutenção da excelência na prestação de serviços ao eleitorado. Os resultados positivos dos anos anteriores permaneceram avançando, como a virtualização dos serviços prestados aos cidadãos e a expansão dos serviços online, a exemplo do Título Net e da inspeção virtual. Considerando a maior agilidade no atendimento ao público e efetividade nas inspeções cartorárias, esses serviços foram preservados e aprimorados.

Os preparativos para as Eleições Municipais de 2024 já estão em andamento. Foi retomada a coleta de dados biométricos, de forma que todas as zonas eleitorais do estado se encontram equipadas e prontas para coletar as informações biométricas dos novos eleitores ou daqueles que ainda não têm biometria cadastrada no sistema eleitoral.

Neste contexto, enfrentaremos desafios e momentos cruciais que antecedem as eleições, como o fechamento de cadastro de eleitores, o registro de candidatura, a preparação de urnas e dos locais de votação, a captação de mesários voluntários, entre outros.

Visando antecipar a disseminação de conhecimento entre os servidores das zonas eleitorais, cursos, treinamentos e tutoriais já estão sendo aplicados e disponibilizados de forma online e por meio da Educação a Distância, como, por exemplo, os cursos de Representação e Fiscalização de Propaganda Eleitoral que, foram ministrados por servidores deste Tribunal.

Por fim, iniciou-se um estudo para equalizar a força de trabalho nos cartórios eleitorais em conjunto com demais setores do Tribunal. O objetivo desta iniciativa é reestruturar o quantitativo ideal em cada unidade judiciária de 1º grau a fim de atender adequadamente à demanda, de forma remota, especialmente em períodos relacionados às eleições.

Após esta breve introdução, apresentamos o relatório de gestão, com as informações sobre todas as atividades e projetos desenvolvidos por esta Vice-Presidência e Corregedoria Regional (VPCRE) no ano de 2023, desde março até a presente data, destacando os esforços para aprimorar os serviços prestados aos cidadãos e os preparativos para as Eleições Municipais vindouras.

ATIVIDADES E PROJETOS DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES

1.1. Atualização e elaboração de rotinas cartorárias:

RC- 01	Atender Solicitação de RAE (Receber e Processar RAE e Regularizar Inscrição Cancelada).
RC- 14	Apoiar Correição e Inspeção, Elaborar Relatórios de Saneamento, Circunstanciados e Anual de Atividades.
RC- 16	Regularizar Ausência às Urnas.
RC- 40	Processar retificação ou exclusão do código de ASE.
RC- 32	Processar Composição de Mesa Receptora – Ausência aos Trabalhos Eleitorais.
RC- 41	Processar Lote de RAE, Regularizar Inscrição Cancelada por Equívoco e Tratar Banco de Erros.

1.2. Elaboração e atualização de Manuais e Tutoriais de orientação às Zonas Eleitorais:

Manual Gerir Cartório.

Nova Tabela de Crimes que ensejam inelegibilidade (LC 64/90).

1.3. Regulamentação:

Esta Vice-Presidência e Corregedoria elaborou, ou participou da elaboração, de diversos normativos, entre eles:

Ato Conjunto PR/VPCRE N° 02/2023 a 08/2023

Dispõem sobre as etapas do Projeto Piloto de retomada da coleta de dados biométricos no atendimento a eleitoras e

	eleitores no âmbito do TRE-RJ.
Aviso VPCRE Nº 40/2023	Orienta os cartórios eleitorais sobre a nova forma de geração do Relatório de Multas Pagas no Sistema ELO.
Aviso VPCRE Nº 63/2023	Padroniza as assinaturas das mensagens e orienta quanto à inclusão de participantes nas contas de e-mails (grupos) das zonas eleitorais no âmbito do serviço de correio eletrônico funcional.
Resolução Nº 1.273/2023	Regulamenta o Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ) da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro.
Resolução Nº 1.278/2023	Altera a Resolução TRE/RJ 948/2016, que instituiu o Código de Ética deste Tribunal, para modificar os critérios para composição do Conselho Permanente de Ética.
Resolução Nº 1.282/2023	Altera a Resolução TRE/RJ 1.251/2022, para que os procedimentos administrativos disciplinares instaurados contra servidores passem a tramitar pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
Resolução Nº 1.287/2023	Dispõe acerca da realização de audiências de custódia atinentes a crimes de competência da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro.
Resolução Nº 1.289/2023	Estabelece a estrutura orgânica do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

1.4. Cadastramento dos agentes públicos como usuários dos sistemas externos e internos gerenciados pela Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

Sisbajud
Renajud
Infojud
BNMP 2.0
SIEL
SEEU
Inscribe Fácil
Serasajud

CRCJUD
Penhora on line
CNIB
Infodip

Além dos sistemas acima, houve o cadastramento da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) – Marketplace no PJe para que os servidores do tribunal pudessem acessar os sistemas judiciários do CNJ.

1.5. Tratamento de ocorrências recebidas pela Ouvidoria

Resposta aos pedidos de informações encaminhados pela Ouvidoria
Acompanhamento e eventual complementação às respostas das ocorrências apresentadas pelas Zonas Eleitorais

1.6. Atualização de Bases de Conhecimento de Processos SEI

Criação conjunta com a SGP da base de conhecimento do Processo do monitoramento de frequência.
Atualização das Bases de Conhecimento dos "Processos de Direitos Políticos - SEDIPO" no Sistema SEI.
Atualização das bases de conhecimento relativas aos assuntos afetos ao cadastro eleitoral

1.7. Realização de parcerias com universidades para concessão de horas complementares para estudantes universitários que trabalhem como mesários.

Há 54 processos de tratativas com universidades do estado do Rio de Janeiro e 41 parcerias vigentes.

1.8. Disponibilização de arquivos na Intranet e na Internet

Criação e disponibilização de área para publicação de Portarias de Autoinspeção e de Inspeção de Ciclo na página do TRE na internet.
Orientações para publicação, pelas Zonas Eleitorais, de Portarias de Autoinspeção no sítio do TRE na internet.
Orientações para preenchimento do Procedimento de Autoinspeção 2023 do SInCo – Painel de Controle e Roteiros.
Modelo de Análise de Pastas e Livros realizada na Inspeção.
Tutorial para autuação e tramitação da classe INSP (Inspeção) no PJE 1º grau

Roteiros de Inspeção de Ciclo 2023 – Complementar e CGE (disponibilização na intranet).
Orientações para instrução do Relatório Circunstanciado na ocorrência de troca de Chefia de Cartório.
Orientações para gerar Relatórios de Metas no Atena – Indicadores.
Orientações para Autoinspeção 2023
Orientações para preenchimento do Relatório Anual de Atividades 2023 do SInCo.
Criação de página no site da CRE para publicação de materiais referentes a dados estatísticos das zonas eleitorais.

1.9. Tramitação de processos administrativos e judiciais

Elaboração de minuta de despacho nos processos referentes ao cancelamento de inscrição eleitoral considerando comunicações de irregularidade no alistamento eleitoral e acompanhamento do tratamento pelas Zonas Eleitorais.
Autuação e elaboração de minuta de despacho nos processos referentes às comunicações de alteração de dados do cadastro eleitoral recebidas em atendimento ao determinado no Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como no artigo 56, § 3º da Lei 6015/1973 com a redação dada pela Lei 14.382/2022.
Autuação e elaboração de minuta de despacho nos processos referentes às solicitações de dados do cadastro eleitoral, bem como atendimento às consultas de dados efetuadas através do Sistema SIEL.
Elaboração de minutas de despachos e decisões nos processos administrativos referentes à exclusão e retificação dos códigos de ASE.
Tramitação de processos administrativos referentes à exclusão e retificação dos códigos de ASE, bem como nas reversões de operações equivocadas de RAE.
Elaboração de despachos, decisões e votos nos processos judiciais relatados pelo Vice-Presidente e Corregedor, bem como análise dos feitos criminais em que funcione como revisor.
Elaboração de decisões em processos administrativos disciplinares de competência do Corregedor.
Controles – Processo de saneamento de inspeção (administrativo): refere-se à tramitação dos procedimentos relativos ao saneamento dos achados em inspeções de ciclo.
Classe INSP (judicial): refere-se à tramitação dos procedimentos relativos às inspeções de ciclo realizadas pela VPCRE.
Elaboração de minutas de despachos e decisões nos processos administrativos referentes à

exclusão e retificação dos códigos de ASE, bem como nas reversões de operações equivocadas de RAE.

Elaboração de minutas de despachos em 1.238 PJs da classe DP, em razão da autoinspeção das comunicações do Sistema Infodip relativas a LC 64/90.

1.10. Sistema de Informações Eleitorais (SIEL):

Atualização dos procedimentos que disciplinam a utilização do Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) no âmbito do TRE-RJ, em função dos termos dos normativos da Resolução TSE nº 23.656, de 2021 e do Provimento CGE nº 6, de 2022.

1.11. Sistema INFODIP:

Tratativas junto ao TJ/RJ para a implementação do Webservice, facilitando o envio das comunicações de Direitos Políticos por meio do Sistema INFODIP.

Tratativas com o TJRJ para que cadastre todas as varas no Sistema Infodip, a fim de que as comunicações passem a ser encaminhadas diretamente pelos servidores das varas com preenchimento de todos os campos de forma adequada.

Acompanhamento da remessa das comunicações de óbito pelos Cartórios de Registro Civil, através da consulta a relatório do sistema INFODIP, a fim de que haja o atendimento do prazo previsto no § 3º do Art. 71 do Código Eleitoral (Lei Nº 4737/65).

Tratamento das comunicações de óbito recebidas diretamente na VPCRE através do Sistema INFODIP realizando a análise para fins de remessa às Zonas Eleitorais envolvidas ou arquivamento das mencionadas comunicações.

Gerenciamento e tratamento das duplicidades envolvendo indivíduo com registro ativo na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Gerenciamento e tratamento de comunicações de direitos políticos recebidas de órgãos externos.

1.12. Sistema ELO:

Tratamento e controle dos pedidos de acesso ao Sistema ELO formulados por servidores lotados na sede do Tribunal a fim de melhorar a gestão de segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

1.13. Acompanhamento e fiscalização das Zonas Eleitorais - Cronograma Operacional do Cadastro:

Acompanhamento e fiscalização das Zonas Eleitorais quanto ao tratamento das comunicações de óbito, requerimentos de justificativa, banco de erros, RAE's em diligência, coincidências biográficas, bem como dos lotes de RAE pendentes de envio para processamento através de consulta a relatórios emitidos pelos sistemas ELO, INFODIP e JUSTIFICA, a fim de cumprimento dos prazos previstos na Resolução TSE nº 23.666/2021 - Cronograma Operacional do Cadastro.

1.14. Reuniões de Análise Crítica (RAC):

A cada trimestre, a Assistente de Planejamento se reúne com as Coordenadorias da VPCRE para discutir os indicadores estratégicos deste Tribunal e formular planos para a melhoria no desempenho dos mesmos.

2. ATIVIDADES RELEVANTES

2.1. 52º Encontro do Colégio dos Corregedores Eleitorais do Brasil:

Esta Vice-Presidência e Corregedoria organizou e realizou, com excelência, o 52º Encontro do Colégio dos Corregedores Eleitorais do Brasil, ocorrido entre os dias 25 e 27 de outubro deste ano em Copacabana. É a quarta vez que este evento ocorre no TRE-RJ. Os anteriores aconteceram nos anos de 2004, 2010 e 2018.

Esta Corregedoria recebeu os demais regionais no Hotel Rio Othon Palace, onde foram discutidos temas relevantes à justiça eleitoral, compartilhados conhecimentos e não deixou de ser um momento de interação entre todos os presentes.

Como resultado do encontro, as deliberações, feitas pelos representantes, acerca de temas relevantes à sociedade foram formalizadas em uma Carta, a qual foi enviada ao TSE e publicada na Intranet dos tribunais regionais eleitorais.

2.2. 52º Encontro do Colégio de Corregedoras e Corregedores Eleitorais do Brasil:

Esta Vice-Presidência e Corregedoria organizou e realizou, com excelência, o 52º Encontro do Colégio de Corregedoras e Corregedores Eleitorais do Brasil, ocorrido entre os dias 25 a 27 de outubro deste ano em Copacabana. É a quarta vez que este evento ocorre no TRE-RJ. Os anteriores aconteceram nos anos de 2004, 2010 e 2018.

Os participantes foram recepcionados no Hotel Rio Othon Palace, onde foram discutidos temas relevantes à justiça eleitoral, compartilhando conhecimentos e promovendo a interação entre todos os presentes.

No Encontro foram discutidos temas de grande relevância como a retomada da coleta de dados biométricos e a deficiência dos kits biométricos, bem como as dificuldades envolvidas diante do fechamento de cadastro. Foram, também, apresentadas sugestões de melhorias em diversos sistemas utilizados pelos cartórios eleitorais.

Os participantes ainda tiveram a oportunidade de assistir às seguintes palestras:

“Cooperação Judiciária na Justiça Eleitoral: Corregedoria e Zonas Eleitorais” - representante da CRE-RO, Fabio Zanco de Oliveira Ferraz.

“Otimização de prazos internos para prestação de contas de partidos políticos (PC-PP) em Santa Catarina” - representante da CRE-SC, Aline Paola de Gouveia de Godoy.

“Cidadania restaurada: títulos eleitorais para pessoas privadas de liberdade” – representantes da CRE-AP, Elinete Nunes Freitas e Heverton Luiz Rodrigues Fernandes.

“Estudo de caso – saneamento das AIJEs presidenciais das Eleições 2022” - Secretária da Corregedoria Geral Eleitoral, Dra. Roberta Maia Gresta.

“Bioex e e-título - como a Justiça Eleitoral avança na prestação de serviços digitais” - Assessor-Chefe da Assessoria de Gestão de Identificação do TSE, Iuri Camargo Kisovec.

Na ocasião, foi outorgada a Medalha de Honra ao Mérito Eleitoral Guerreira Maria Felipa de Oliveira aos seguintes agraciados:

3. Ministro Luiz Felipe Salomão (Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça);
4. Desembargador Silmar Fernandes (Vice-Presidente e Corregedor do TRE/SP e Ex-Presidente do CCORELB);
5. Desembargador Luiz Umpierre de Mello Serra (Desembargador do TJ-RJ e Ex-Presidente do CCORELB) e
6. Dra. Roberta Maia Gresta (Secretária da Corregedoria-Geral Eleitoral).

Como resultado do Encontro, tivemos a elaboração de uma Carta, que foi enviada ao TSE e publicada na Intranet dos tribunais regionais eleitorais, onde foram consignadas as deliberações feitas pelos representantes sobre os temas relevantes à sociedade.

2.3. Reuniões de Acompanhamento dos requisitos para o Prêmio CNJ de Qualidade 2023:

Foram realizadas diversas reuniões com a Assessoria Jurídica e de Monitoramento Processual desta VPCRE, assim como com a Presidência, Diretoria Geral e Secretaria Judiciária, com o intuito de analisar e monitorar as entregas referentes aos quesitos da portaria do prêmio.

Tal análise abrangia a possibilidade de aumentar a eficiência nos processamentos e julgamentos dos feitos judiciais, realizar o saneamento de dados processuais, cumprir exigências técnicas na área de TI, implementar projetos estratégicos definidos pelo CNJ, entre outras demandas.

Todo esse esforço e foco empreendidos, com o trabalho dos servidores das Zonas Eleitorais e gabinetes de Juízes Membros, levaram à **conquista do selo Prata pelo TRE/RJ, alcançando a 16ª posição no Prêmio CNJ de Qualidade 2023**. O tribunal subiu 8 posições, saltando da 24ª posição em 2022 para 16ª em 2023.

Vale ressaltar que o TRE/RJ logrou a **18ª posição no Eixo Produtividade do prêmio**. Tal eixo avalia a prestação jurisdicional de cada tribunal, bem como as metas e a produtividade alcançadas.

2.4. Curso de Capacitação “Indicadores Estatísticos CNJ”:

Visando ampliar e aprimorar o conhecimento dos servidores, esta Vice-Presidência e Corregedoria ofereceu um curso de capacitação para as zonas eleitorais, assim como para servidores da própria unidade, abordando temas como Metas Nacionais 2023, Tabelas Processuais Unificadas (TPU/SGT), Movimentações Processuais Sensíveis, Indicadores de

Produtividade e demais assuntos que agregam na gestão processual de feitos judiciais do tribunal.

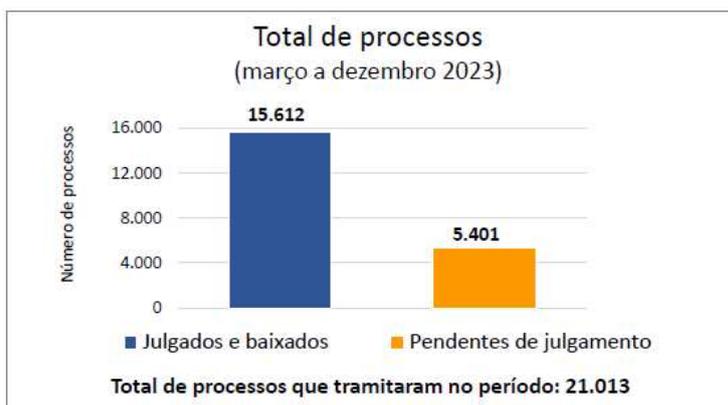
O curso foi ministrado por instrutoras do TRE-SP, realizado de forma virtual para as zonas eleitorais, gabinetes de juízes membros e Secretaria Judiciária, com duração total de 5 dias divididos de acordo com o público. O conteúdo foi gravado e disponibilizado com o objetivo de armazenamento e disseminação do conhecimento.

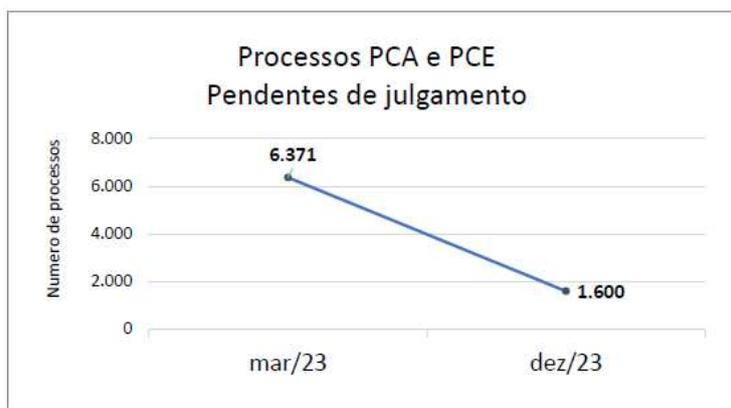
2.5. Total de Processos Julgados:

Na gestão de março a dezembro de 2023, **tramitaram 21.013 processos nos cartórios eleitorais, dos quais 15.612 foram julgados e baixados** definitivamente, totalizando **74,3% de processos julgados e baixados**.

Vale ressaltar que, dentre o total de processos julgados e baixados, 9.898 (63,4%) são de classes processuais analisadas pelo CNJ para o Prêmio CNJ de Qualidade, entre elas as Prestações de Contas Eleitorais, Prestação de Contas Anuais, Suspensão de Órgão Partidário e outras.

Por fim, dos 6.371 processos de Prestações de Contas Eleitorais e Anuais que tramitaram entre março e dezembro de 2023, restam, hoje, cerca de 1.600 processos pendentes de julgamento e baixa. O alcance de 4.771 processos de Prestações de Contas Eleitorais e Anuais julgados e baixados (75% do passivo no período) foi possível devido ao empenho das zonas eleitorais, ao subsídio de informação e ao monitoramento feito pela Corregedoria, mais diretamente pela Assessoria de Monitoramento Processual, junto aos cartórios.





2.6. Participação no I Fórum Nacional de Estatística e Gestão Processual Eleitoral:

O Encontro teve como objetivo debater temas relevantes ao processamento de feitos, atualização e desenvolvimento de sistemas, assim como a apresentação de projetos desenvolvidos pelos regionais eleitorais e muita troca de conhecimento. O Coordenador da CSORI e a Assistente de Planejamento desta VPCRE participaram do evento com a apresentação dos projetos Ranking de Eficiência e Premiação das Zonas Eleitorais, implementados no início de 2023.

Aproveitou-se a oportunidade do encontro para criação do Comitê de Estatística Processual da Justiça Eleitoral, que contará com a participação de representantes de todos os regionais eleitorais, com a finalidade de promover estudos e reuniões para revisão e padronização de procedimentos adotados pelos Tribunais Regionais Eleitorais em sistemas, como o PJe, assim como aprimoramento da extração de dados estatísticos. O evento ocorreu nos dias 12 e 13 de Abril, no TSE, com a participação de todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

2.7. Encontro Boas Práticas CGE 2022-2023: Atendimento, Inclusão e Diversidade:

Esta VPCRE foi agraciada com o prêmio de Boas Práticas realizado pela CGE neste ano no TSE. Recebemos o prêmio pelo desenvolvimento da ferramenta **Controle de Saneamento de Irregularidades Identificadas na Inspeção**. Esta ferramenta tem o objetivo de facilitar a identificação dos achados da inspeção pelos servidores da zona eleitoral inspecionada, bem como a respectiva providência a ser adotada para o caso.

2.8. Tratamento dos requerimentos Título Net e atendimento presencial de eleitores:

De março a novembro, este Tribunal analisou **184.093 requerimentos pelo Título Net**, que foram monitorados pela Corregedoria.

Ressalte-se que, em relação ao atendimento presencial, atualmente todas as zonas eleitorais estão aptas a realizar a coleta de dados biométricos, necessária para solicitações de novos títulos eleitorais.

2.9. Projetos Sociais:

Esta VPCRE prestou suporte às ações do projeto #PartiuVotar – EJE/RJ, realizado em Paty do Alferes e São José do Vale do Rio Preto.

Participou também dos mutirões organizados pelo CNJ – Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se!, que ocorreu no Beco da Música, Centro da cidade do Rio de Janeiro; pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, ocorrido em Jacarepaguá e na Rocinha); pelo TJ-RJ, ocorrido em Jardim Gramacho e Magé, bem como na ação em alusão ao Dia Internacional de Luta das Pessoas com Deficiência, ocorrido no TJRJ, e pelo TRF2 – PopRuaJud, ocorrido na Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, Centro da cidade do Rio de Janeiro, e Acessa JUS, ocorrido em Badu/Niterói.

2.10. Avaliação das Eleições 2022:

Como unidade gestora do processo Fiscalizar Propaganda Eleitoral, a Corregedoria publicou, no Portal da Estratégia do TRE/RJ, o Relatório Final de Avaliação da Fiscalização da Propaganda – Eleições 2022 e os boletins trimestrais com os respectivos eventos, riscos e análise de desempenho.

Outra melhoria que contou com a participação da VPCRE foi o Aprimoramento do Processo de Tratamento de Requerimentos de Alistamento Eleitoral, com a apresentação de relatório final com enfoque no tema Fechamento de Cadastro.

A VPCRE também coordenou o Grupo de Trabalho designado para tratar dos estudos para melhoria "Definição de critérios de limite de eleitores por seção para Eleições Gerais e Municipais".

Além disso, dos GTs das melhorias "Sistematização da divulgação de Locais de Votação nas Eleições" e "Implementação do atendimento *Omnichannel* (Multicanais)", que encontram-se em andamento.

2.9. Capacitação de Servidores:

Treinamento sobre Representação Eleitoral.
Curso sobre Fiscalização de Propaganda Eleitoral na modalidade EAD.
Reuniões com os cartórios eleitorais, em conjunto com a STI, para orientações sobre a retomada da coleta biométrica nas Zonas Eleitorais e CAEs do TRE/RJ.
Treinamento Tutorial Infodip Cartórios Eleitorais.
Treinamento sobre Registro de Candidatura – 1ª turma.

2.10. Realização de 29 inspeções de ciclo nas Zonas Eleitorais.

JUÍZO ELEITORAL	PERÍODO	LOCALIDADE	MODALIDADE
68 ^a	JANEIRO	SÃO GONÇALO	SEMIPRESENCIAL
36 ^a	FEVEREIRO	SÃO GONÇALO	SEMIPRESENCIAL
129 ^a	FEVEREIRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	SEMIPRESENCIAL
62 ^a	MARÇO	SAQUAREMA	SEMIPRESENCIAL
96 ^a	MARÇO	CABO FRIO	SEMIPRESENCIAL
256 ^a	MARÇO	CABO FRIO	SEMIPRESENCIAL
57 ^a	ABRIL	PARATI	SEMIPRESENCIAL
225 ^a	ABRIL	SEROPÉDICA	VIRTUAL
70 ^a	MAIO	PARACAMBI	SEMIPRESENCIAL
88 ^a	MAIO	SÃO JOÃO DE MERITI	SEMIPRESENCIAL
199 ^a	MAIO	NITERÓI	SEMIPRESENCIAL
5 ^a	JUNHO	COPACABANA/CAPITAL	SEMIPRESENCIAL
31 ^a	JUNHO	RESENDE	VIRTUAL
111 ^a	JUNHO	VALENÇA	VIRTUAL
191 ^a	JULHO	ILHA DO GOVERNADOR/ CAPITAL	VIRTUAL
119 ^a	JULHO	BARRA DA TIJUCA/CAPITAL	VIRTUAL
186 ^a	AGOSTO	SÃO JOÃO DE MERITI	VIRTUAL

204 ^a	AGOSTO	SANTO CRISTO/CAPITAL	SEMIPRESENCIAL
242 ^a	AGOSTO	CAMPO GRANDE	VIRTUAL
59 ^a	SETEMBRO	SÃO PEDRO DA ALDEIA	VIRTUAL
92 ^a	SETEMBRO	ARARUAMA	VIRTUAL
181 ^a	SETEMBRO	IGUABA GRANDE	VIRTUAL
29 ^a	OUTUBRO	PETRÓPOLIS	VIRTUAL
95 ^a	OUTUBRO	BOM JESUS DE ITABAPOANA	VIRTUAL
27 ^a	NOVEMBRO	NOVA IGUAÇU	SEMIPRESENCIAL
34 ^a	NOVEMBRO	SANTO ANTONIO DE PÁDUA	VIRTUAL
126 ^a	NOVEMBRO	DUQUE DE CAXIAS	VIRTUAL
230 ^a	DEZEMBRO	VILA KENNEDY/CAPITAL	VIRTUAL
63 ^a	DEZEMBRO	SILVA JARDIM	VIRTUAL

A SEINCO, seção responsável por inspeções e correições, prestou suporte na realização das autoinspeções anuais dos 165 Juízos Eleitorais e nas 3 autoinspeções iniciais realizadas de março a dezembro de 2023.

3. PROJETOS IMPLEMENTADOS

3.1. Desenvolvimento e implementação da ferramenta “Ranking de Eficiência das Zonas Eleitorais”:

Esta Vice-Presidência e Corregedoria esteve à frente no acompanhamento da criação e implementação desta ferramenta que, além de medir a eficiência em alguns serviços prestados pelas zonas eleitorais, servirá de auxílio na gestão e gerenciamento da produtividade e do desempenho de seu respectivo cartório.

O Ranking de Eficiência tem como base indicadores e variáveis que afetam diretamente o desempenho do Tribunal no prêmio CNJ de Qualidade. Em princípio, a ferramenta foi desenvolvida com foco na aferição da eficiência processual das Zonas Eleitorais. No entanto, o objetivo é incrementar a análise e gestão de demais serviços, como Infodip, requerimento de Título Eleitoral etc.

3.2. Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais em 2022:

Esta Vice-Presidência e Corregedoria elaborou esta premiação com a finalidade de reconhecer o desempenho das zonas eleitorais, assim como para servir de instrumento de incentivo na melhoria da eficiência cartorária e dos serviços prestados.

Com base na ferramenta “Ranking de Eficiência”, as zonas eleitorais foram avaliadas conforme as atribuições processuais desempenhadas de Janeiro a Dezembro de 2022. Os cartórios eleitorais que alcançaram o índice satisfatório do Ranking de Eficiência, 70% ou mais de eficiência nas atividades processuais, foram premiados com selo Ouro, Prata ou Bronze, conforme sua respectiva classificação.

Os agraciados com selo ouro receberam o certificado em evento presencial, realizado no plenário deste Tribunal, pelo então Presidente Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme e Vice-Presidente e Corregedor Desembargador João Zivaldo Maia. Este prêmio está previsto para ocorrer no primeiro trimestre de cada ano.

3.3. Desenvolvimento e implementação da ferramenta “Painel BI - Radar”:

Esta Vice-Presidência e Corregedoria esteve à frente da criação e implementação do “Painel BI-Radar”, criado com a finalidade de aperfeiçoar o monitoramento e a gestão dos cartórios eleitorais, concentrando, em um único local, as demandas atualizadas da zona eleitoral, permitindo o gerenciamento das atividades cartorárias, judiciais e administrativas de forma mais célere.

Além disso, o painel possibilita a visão geral das principais carências dos cartórios eleitorais, oportunizando estratégias de fiscalização e de orientação.

Por fim, a VPCRE promoveu diversas reuniões com as zonas eleitorais para apresentação da ferramenta (Aviso VPCRE 74/2023).

3.4. Projeto de Elaboração e Atualização de Materiais da VPCRE:

Foi dado prosseguimento ao projeto de elaboração e atualização das Rotinas Cartorárias com a participação direta de servidores lotados nas zonas eleitorais. O objetivo deste projeto foi criar maior integração e engajamento com os servidores dos cartórios eleitorais. Assim como fazer com que eles sejam ouvidos e façam parte da criação da Rotinas Cartorárias.

Os grupos de trabalho responsáveis pela atualização das Rotinas Cartorárias foram compostos por um servidor da unidade da VPCRE com atribuição sobre a matéria, que coordenou os trabalhos, um servidor da Seção de Planejamento e Treinamento da VPCRE, unidade responsável pela edição do referido material, além daqueles servidores voluntários lotados nas zonas eleitorais. Na seleção dos servidores das zonas eleitorais buscou-se alcançar a maior

representatividade entre cartórios de capital e interior, compreendendo zona única ou com mais de um Município.

Importante destacar que foi realizada a atualização da Rotina Cartorária 01, que trata dos procedimentos de atendimento de eleitores para operação de requerimento de alistamento eleitoral. Assim, atendemos uma das maiores demandas das zonas eleitorais, em razão da recente publicação da Resolução TSE 23.659/2021, que trouxe expressivas mudanças nos procedimentos de atendimento de eleitor, e, conseqüentemente, causou maior impacto na rotina diária de trabalho.

Também foi apresentada a proposta de uma nova Rotina Cartorária que terá como assunto a distribuição de horário eleitoral. A necessidade de elaboração da rotina sobre esta matéria foi identificada na gestão do processo Fiscalizar de Propaganda Eleitoral, que compete à VPCRE. Ressalte-se que esta atividade, nas Eleições Municipais, é atribuída aos juizes responsáveis pela Fiscalização de Propaganda Eleitoral, e, até este ano, não havia material que tratava do referido processo de trabalho.

Por fim, foi iniciada a terceira fase do projeto, com a publicação de Portaria que designou o Grupo de Trabalho responsável pela atualização do Manual de Processamento de Feitos. Este material foi escolhido em virtude da necessidade de adequá-lo ao processamento de feitos eletrônicos.

3.5. Retomada da Coleta de Dados Biométricos

Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação foi traçado planejamento para a retomada gradativa da coleta de dados biométricos nas operações do cadastro eleitoral. O projeto teve início em 17 de abril de 2023 e foi composto de sete etapas estruturadas de acordo com as condições técnicas de cada grupo de zonas eleitorais, tendo sido finalizado em 17 de julho de 2023 com a retomada da coleta de dados biométricos em todo o estado do Rio de Janeiro.

4. PROJETOS PROGRAMADOS E ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS

4.1. Aprimoramento do Painel BI “Radar”:

O Painel Radar será aprimorado com a inclusão de diversas demandas relativas ao cadastro eleitoral, as quais necessitam de monitoramento e gerenciamento por parte das zonas eleitorais.

Seguem abaixo os principais tópicos a serem incluídos no painel:

- Sistema ELO:

1) Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE): monitoramento de RAEs que caíram em banco de erro e devem ser corrigidos para o devido processamento; gerenciamento do envio de lote ao TSE; monitoramento de RAEs em diligência que precisam ser tratados no prazo de até 30 dias.

2) Regularização de Título Eleitoral: monitoramento de coincidência entre títulos eleitorais, caso em que o cartório eleitoral deve atuar através de processo no PJe para que o juiz decida qual título deverá ser cancelado dentro do prazo estipulado pela CGE.

- **Sistema Infodip:** Monitoramento de comunicações de óbito e de direitos políticos que devem ser tratadas dentro do prazo de 15 dias.

- **Sistema Justifica:** Gerenciar as justificativas que ainda não foram tratadas pela zona eleitoral para que não ultrapassem o prazo estipulado.

4.2. Aprimoramento do Ranking e Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais:

A ferramenta Ranking de Eficiência será aprimorada com a inclusão de novos eixos, como o eixo que avaliará as Metas 1, 2 e 4 do CNJ e eixo que avaliará o desempenho no tratamento dos Processos Administrativos Eleitorais.

O Prêmio de Eficiência será remodelado em relação aos selos dos certificados, que poderão passar a ser diamante (para o primeiro lugar em cada categoria), ouro, prata e bronze.

4.3. Cursos e Treinamentos:

- Curso básico sobre Atendimento de RAE, Multas e Certidões Emitidas no Sistema ELO. O público para este curso será novos servidores do quadro e servidores lotados na Sede com o intuito de auxiliar no Fechamento de Cadastro Eleitoral e em Ações Sociais em que o tribunal participa como colaborador;
- Treinamento de Registro de Candidaturas;
- Tutoriais sobre atendimento de requerimento de alistamento eleitoral oriundo de solicitação WEB ou realizado presencialmente em unidade de atendimento.

4.4. Elaboração e Atualização de Rotinas Cartorárias/Manuais

- Criação da Rotina Cartorária “Processar Suspensão da Anotação de Órgão Partidário com Contas Julgadas Não Prestadas”;
- Atualização do Guia Rápido dos Sistemas Juds;
- Criação da Rotina Cartorária sobre Horário Eleitoral.

5. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITES E GRUPOS DE TRABALHO

Projeto Justiça Itinerante (PROJUSTIN)

Projeto Reestruturação dos Projetos Socioeducativos (PROJEEDU)

Projeto "Otimização da força de trabalho nos processos de eleição" (PROJINCAEL)

Grupo de Trabalho Documentação (GT DOC) do Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Acesso à Documentação Básica (COESUB)

GT-SEÇÕES

GTMultas

GT-MPFE - Grupo de Trabalho visando à atualização do Manual de Processamento de Feitos Eleitorais (Portarias VPCRE nº 38/2023 e 53/2023)

Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional (CPEFJU)

GT-LOCALVOTA

GT-MULTICANAIS

GT-SINALVERMELHO

GT-RC01 (Portaria VPCRE 29/2022)

GT-RCHE (Portaria VPCRE 11/2023)

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

Laboratório de Inovação e Objetivos Sustentáveis (LIODS)

Comitê Gestor dos Portais (CGP)

Comissão Permanente do SADP (COMSADP)

Grupo de Treinamento de Mesários (GTM)

Comitê Gestor da Carta de Serviços ao Cidadão (CGCASCII)

Comissão de Segurança da Informação (COMSI)

Não havendo mais a ser informado, finaliza-se o presente relatório de atividades desta VPCRE/RJ.

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2023.

**Vice-Presidente e Corregedor Desembargador Henrique Carlos De Andrade
Figueira**